



1290000011



FE

TCC/UNICAMP D543r

RELATO DE VIDA DE PESSOAS ADULTAS PORTADORAS DE
DEFICIÊNCIA MENTAL LIGADAS À APAE - CAMPINAS

NOTAS SOBRE O COTIDIANO PESSOAL FAMILIAR, SOCIAL,
PROFISSIONAL E A POSSIBILIDADE DE SUA AUTONOMIA.

PATRÍCIA DIAS

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Campinas 1998

Dedico aos meus pais Carlos Roberto e Eliana.

Agradeço à Marilda Ferreira, que esteve sempre pronta a me ajudar, à Águeda B. Bittencourt que me orientou e acompanhou durante esta pesquisa e à APAE - Campinas.

RESUMO

Este trabalho revela o cotidiano e a vida profissional de pessoas adultas, neste caso relacionado às pessoas com deficiência mental, com o objetivo de fazer o próprio leitor refletir e adquirir uma posição particular definida sobre a possibilidade ou não da independência desses indivíduos.

Para tanto, além da bibliografia utilizada, a parte prática foi realizada através de entrevistas com pessoas que já foram ligadas à APAE e também com pessoas que ainda estão na APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcionais de Campinas).

É importante salientar à escassez de literatura sobre este assunto. Encontramos variadas obras referentes à educação especial para crianças e adolescentes porém a parte dedicada aos adultos deixa a desejar. Este foi um dos fatores determinantes para a escolha do tema desenvolvido.

SUMÁRIO

1. Introdução	03
2. Legislação	09
3. Histórico e Estrutura da APAE-Campinas	11
4. Depoimentos de pessoas que integram ou integraram o programa de profissionalização externa da APAE-Campinas	17-18
4.1 - Observações feitas com base nos depoimentos selecionados	27
4.2 - Ilustrações	29
5. O papel dos pais, profissionais e comunidade na vida da pessoa adulta portadora de deficiência mental a partir dos depoimentos efetuados	33
6. Como é possível a Educação Profissional, colocação no mercado de trabalho e profissionalização dos indivíduos em questão	35
7. Considerações finais	43
8. Referências bibliográficas	45

INTRODUÇÃO

Ao recorrer a alguns estudos referentes à pessoas com deficiência mental, pude encontrar em quase todos um ponto em comum: a busca de sua integração social e conseqüente independência através da educação. No entanto podem ser identificados pontos favoráveis e ao mesmo tempo contrários a efetivação dessa integração.

Integração social tem sido nas últimas décadas uma das metas prioritárias de grande parte dos programas de atendimento, órgãos governamentais e associações para pessoas com deficiência mental no mundo todo (Mittler, 1984). Por integração entende-se a participação cotidiana das pessoas (neste caso de pessoas com deficiência mental) na sociedade em que vivem, utilizando os recursos comunitários disponíveis, frequentando locais públicos, e vivendo o mais independente possível, de preferência trabalhando e/ou estudando em situações não segregadas. E, algumas regiões, como por exemplo a Escandinávia, e em menor proporção a América do Norte, Inglaterra e Alemanha, este processo já está começando a se desenvolver. Entretanto, no Brasil, como na grande maioria dos países, ainda é raro encontrarmos uma pessoa com deficiência mental andando de ônibus; ou fazendo compras desacompanhadas (Solot e Gripp, 1981).

Um dos pré requisitos para uma vida independente é a autonomia de locomoção. Sair sozinho(a), é o primeiro sinal de independência, representando objetivamente, o ingresso do indivíduo no "mundo da rua", longe da tutela dos pais.

Muitas pessoas são classificadas como deficientes mentais devido ao seu fracasso escolar. Percebe-se que o fato de ter sido rotulado e encaminhado para uma instituição especializada traz uma mudança de atitude dos pais, que passam a se sentir no dever ou no direito de protegê-lo a ponto de sufocá-lo.

Superproteção é um padrão de comportamento típico de pais de pessoas com deficiência mental causado pela ambivalência de sentimentos em relação a seus filhos, e a incerteza sobre sua capacidade de sobrevivência autônoma. Qualquer programa que tenha como objetivo aumentar o grau de independência de pessoas com deficiência mental entrará em choque direto com essa atitude familiar. Portanto, cada vez mais os profissionais têm reconhecido a importância de envolver ativamente os pais. Nas palavras de Szymanski e Rosefsky (1980), "a dependência permanecerá inalterada a não ser que as famílias estejam participando do processo terapêutico". (p.74).

Para que a integração e conseqüente independência da pessoa com deficiência mental seja uma realidade, é preciso que eles aprendam a lidar com situações perigosas, e a se defender como todo mundo.

"A superproteção ameaça a dignidade humana, e faz com que essas pessoas sejam impedidas de experimentar situações de risco da vida cotidiana que são necessários para o crescimento e desenvolvimento humano normal. Negar a qualquer pessoa sua cota justa de experiências que envolvam risco, é multilá-las ainda mais para uma vida saudável". (p. 195 a 199) Perske, 1972.

Uma das principais propostas das instituições é prepará-los para uma futura profissão. Entretanto, para que uma pessoa possa encarar um emprego, de saída ela tem que ser capaz de ir sozinha de casa para o trabalho. Quando nos anos 70 teve início a discussão sobre a normalização e integração de pessoas portadoras de deficiência, uma das principais questões levantadas foi de que elas não participavam das oportunidades de lazer da comunidade. Segundo Nirje (1972), uma das primeiras reivindicações dos grupos de autodefesa dos deficientes que estavam se formando na década de setenta na Escandinávia e América do Norte era "passar o tempo de lazer junto com pessoas da mesma idade". No entanto; parece que esse desejo ainda hoje, não se tornou uma realidade generalizada. De fato, é raro, mesmo nos países desenvolvidos, encontrarmos grupos integrados (de pessoas com deficiência mental e de pessoas ditas normais) passeando, indo ao teatro ou batendo papo em uma mesa de bar. A experiência tem demonstrado que quando essas pessoas fazem programas de lazer é geralmente com seu próprio grupo ou

acompanhado de familiares, a maior parte das pessoas com deficiência mental, não tem uma turma de grupos de amigos fora da instituição. Consequentemente, não freqüentam locais de diversão ou pontos de encontro. Seu "mundo de rua", é então, na maioria das vezes reduzido a uma ida e volta entre a casa e a instituição; fazendo com que as possibilidades de lazer e crescimento sócio-culturais fiquem bastante restritas, cristalizando cada vez mais uma limitação existencial.

O estereótipo popular do deficiente mental é o de uma pessoa "inútil", incapaz de ganhar a vida ou de desenvolver uma atividade produtiva, que acabava se tornando um peso para a família e a sociedade em geral; o que decididamente é uma inverdade que pode ser constatada dentro de instituições como a APAE-Campinas (onde este trabalho foi desenvolvido) que deixa claro que apesar das limitações cognitivas, é capaz de aprender uma série de habilidades, trabalhar e cuidar de si sem depender de outras pessoas. Eles realizam tarefas como: jardinagem, montagem de caixas, faxinas, coleta de lixo, etc.

Na sociedade atual, principalmente nos meios urbanos, a capacidade de adaptação de uma pessoa é sem dúvida prejudicada se ela não tiver um mínimo conhecimento de leituras, escrita e os rudimentos da matemática; e quando se fala em profissionalização, este aspecto não pode ser subestimado. Embora a maioria dos trabalhos não-qualificados não exija leitura funcional ou habilidades numéricas, na prática o analfabetismo é sem dúvida um dos fatores que dificulta a colocação da pessoa com deficiência mental no mercado de trabalho. Principalmente em um país como o nosso, em que a mão-de-obra é abundante e barata, um indivíduo que além de ser classificado como deficiente mental é analfabeto, sofre um duplo estigma, o que o impossibilitará de competir por um emprego em termos de igualdade com os demais.

"... nossa experiência tem demonstrado, porém, que pela simples reestruturação do ambiente físico-social e pela modificação dos métodos de ensino utilizados consegue-se mudanças rápidas e significativas no comportamento de crianças e adultos deficientes..."(p.14), Solot (1981).

Há uma série de fatos que rodeiam a questão da independência da

da pessoa com deficiência mental. E esses fatos serão desenvolvidos neste trabalho baseados em casos estudados na APAE-Campinas. Desde a legislação; convívio com pais, profissionais e comunidade; cotidiano da vida pessoal e social até o principal objetivo: colocação no mercado de trabalho e profissionalização.

"Nós trabalhamos porque precisamos do dinheiro para sobreviver. Mas também trabalhamos porque isso contribui para a nossa dignidade, o nosso valor como pessoas. O trabalho nos dá mais controle sobre nossa vida e nos conecta com as outras pessoas. Sinto-me realmente privilegiado em ser remunerado pelo que adoro fazer. Toda sociedade que exclui pessoas do trabalho por qualquer motivo, sua deficiência ou sua cor ou seu gênero, está destruindo a esperança e ignorando talentos. Se fizermos isso, colocaremos em risco todo o futuro" Robert White (MacFadden, 1994).

Vejam os então o que impede a integração social destas pessoas e, por outro lado, o que pode promovê-la, de acordo com os estudos de alguns pesquisadores como Ferreira Brito (1993) que diz que a não integração da pessoa adulta portadora de deficiência mental na sociedade ocorre porque esta "apresenta em geral, distúrbios específicos de ordem cognitiva, social e emocional"(p.53). Ela aponta que nervosismo, auto-rejeição e insegurança são alguns dos problemas de ordem emocional, gerados pelo próprio preconceito da sociedade.

Reconhecendo-se que o homem produz sua própria existência na medida em que trabalha, postula-se então a necessária inclusão da importância do trabalho como característica fundamental da constituição da vida plena.

Assim, tendo em vista a perspectiva teórica de Vygotsky, para quem a busca da compreensão do desenvolvimento do sujeito, seja ele normal ou deficiente, deve ser orientada para as condições concretas de inserção nas relações sociais, voltando-se para as possibilidades do sujeito e não apenas para seus déficits ou distúrbios, objetiva-se conhecer qual o significado que usuários de uma instituição como a APAE, por exemplo, constroem sobre a atividade que realizam junto às oficinas locais e externas, e como a mesma repercute em suas ações, proporcionando ou não o desenvolvimento de sua autonomia e de sua cidadania.

Para Vygotsky, o sujeito se constrói e se desenvolve à medida que interage socialmente, apoiando-se nas relações com o outro. Então, homem e sociedade compõem, de fato, uma relação recíproca de constituição, em cujo movimento dialético se produz a possibilidade de o indivíduo constituir-se enquanto sujeito e de apropriar-se das conquistas e conhecimentos efetuados por sua espécie.

Segundo Vygotsky, o homem é visto como um ser social, o que significa dizer que seu desenvolvimento ocorre entre outros seres humanos, e é afetado pelas condições de um espaço e tempos determinados; neste sentido; a estrutura, movimento e mudança dos fenômenos de natureza psicológica só podem ser explicados a partir das relações que os homens estabelecem entre si, em determinado contexto sócio-cultural.

No que se refere aos reflexos da cultura sobre os indivíduos, a questão é: sendo o desenvolvimento humano intrinsecamente vinculado ao contexto histórico, cultural e institucional, as variações que neles ocorrem acabam por determinar diferentes oportunidades para os indivíduos. Há que se considerar as peculiaridades históricas e sociais de cada momento, mais especificamente as condições e oportunidades que se colocam para cada um dos indivíduos, pois, a depender dos instrumentos de pensamento disponíveis a cada um, suas mentes terão, por consequência, estruturas diferentes.

A desigualdade entre os homens é produto da desigualdade econômica e da desigualdade de classes formadas no decurso de um processo sócio-histórico. A divisão social do trabalho, associada à propriedade privada dos meios de produção, trazem como consequência a concentração das riquezas materiais e da cultura intelectual nas mesmas mãos, gerando assim, a desigualdade de desenvolvimento cultural dos homens. A constituição social do desenvolvimento humano implica, que se dê especial atenção aos processos históricos e culturais de segregação e exclusão do próprio homem. As possibilidades de desenvolvimento pleno do ser humano competem ao estabelecimento de uma nova correlação: a relação capital-trabalho capaz de possibilitar aos indivíduos, em interação, o acesso aos produtos do processo sócio-histórico.

Neste sentido, torna-se necessário, que se analisem as relações entre as condições socioculturais. Considerando que este trabalho é voltado para o espaço de trabalho de oficinas externas de uma instituição como a APAE, buscando uma melhor definição para o significado atribuído por integrantes desta instituição à atividade que desenvolvem, e a si como trabalhadores, acredita-se que a perspectiva histórico-cultural permite que se visualise a centralidade dos fatores sociais vinculados à exclusão de sujeitos.

LEGISLAÇÃO

Assim como as obras sobre este assunto são escassas, do mesmo modo a legislação.

Segundo a Nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o capítulo referente à Educação Especial é o Capítulo V. composto de três artigos: 58, 59, 60; no qual apenas o último nos interessa.

O artigo 60 atribui aos órgãos normativos dos sistemas de ensino, a definição dos critérios para apoio técnico e financeiro do Poder Público às entidades sem fins lucrativos exclusivamente dedicadas à educação especial, estabelecendo, porém que, em qualquer caso, a alternativa preferencial será a ampliação do atendimento na própria rede pública de ensino (Dermeval Saviani, 1997).

Não resta dúvida que a Educação Especial ganha, nesta lei, um lugar mais destacado, ao aparecer num capítulo autônomo, em comparação com a Lei 5692/71 onde o assunto foi exposto em apenas um artigo de um capítulo que trata de disposições comuns ao ensino de primeiro e segundo graus. Porém, ainda deixa a desejar, no que se refere à educação continuada tendo como objetivo final a profissionalização para esses adultos.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990); o Capítulo V: do direito à profissionalização e à proteção no trabalho:

(...) Art. 66 - Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

(...) Art. 68 - O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe da capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

Inciso I - Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

Inciso II - A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos do seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Já a Constituição da República Federativa do Brasil diz:

Art. 37 - A administração pública direta, indireta ou funcional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá [...] ao seguinte: [...] VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão". (Brasil, 1988).

"Nosso país não pode desperdiçar ninguém e precisamos investir no enorme potencial de cada pessoa através da implementação da Lei dos Americanos com Deficiências. A minha Administração compromete-se a mudar a política pertinente à deficiência: da exclusão para a inclusão, da dependência para a independência, do paternalismo para o empowerment"- Presidente dos EUA, Bill-Clinton, 23/07/93 (on the ADA's Third Birthday).

Apesar de possuir falhas, a legislação é a única garantia de direitos e de auxílio, é o meio mais importante para acabar com a discriminação, já que é imposta; além de proporcionar a inclusão de pessoas com deficiência mental nas empresas.

HISTÓRICO E ESTRUTURA DA APAE-CAMPINAS

A APAE-Campinas foi fundada no dia 10 de dezembro de 1965, em reunião realizada no Auditório do Instituto Agrônômico e eleita sua primeira diretoria. Durante os dois primeiros anos de sua fundação, a APAE funcionou na sede da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, à Rua Ferreira Penteados, posteriormente transferida para um prédio na Rua Baronesa Geraldo de Resende, até a construção de sua sede própria na Rua Francisco Bueno de Lacerda, 120 - Parque Itália, em Campinas.

A APAE - Campinas é uma instituição assistencial, com objetivos educacionais e promocionais ao deficiente mental. Vem desde a sua fundação oferecendo às pessoas portadoras de deficiência mental, ensino especializado com o propósito de integrá-lo a sociedade.

A instituição tem como objetivos gerais de acordo com seu estatuto:

- * Desenvolver as potencialidades dos alunos da maneira mais ampla possível;
- * Orientar as famílias de seus alunos, integrando-os à filosofia da APAE e ao processo educacional desenvolvido;
- * Concientizar a comunidade para o problema da pessoa com deficiência mental;
- * Integrá-lo à comunidade propiciando-lhe, inclusive o exercício de uma atividade profissional, dentro de suas possibilidades;
- * Estimular estudos e pesquisas relacionados à deficiência mental;
- * Manter um Centro de Treinamento destinado à formação e aperfeiçoamento, de pessoal especializado.

Atualmente a APAE Campinas oferece os seguintes programas de atendimento:

1 - Estimulação precoce:

Atende crianças de 3 meses a aproximadamente 6 anos de idade, dividindo-se nos seguintes atendimentos:

* Atendimento clínico individual nas áreas de fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia e pedagogia.

O atendimento pedagógico é feito tanto em grupo de crianças em situações de sala de aula e atendimentos semanais em grupo nas áreas de terapia ocupacional, fonoaudiologia, educação física e fisioterapia. Quando necessário há atendimento odontológico e neurológico clínico.

Existe também um acompanhamento pelos profissionais de fonoaudiologia, pedagogia, psicologia e serviço social dos alunos inseridos na rede regular de ensino bem como o trabalho junto aos seus professores no sentido de facilitar a adaptação da pessoa com deficiência à proposta do ensino regular. Essas crianças, quando necessário, também freqüentam a entidade semanalmente para atendimento nas áreas que se fizerem necessárias.

As famílias contam com o serviço de orientação familiar, onde são atendidas em grupos mensais pelos profissionais de serviço social e pedagogia.

A instituição oferece ainda cursos desenvolvidos pelos profissionais do programa de desenvolvimento de pessoal para monitores de creches, principalmente no sentido de capacitá-los a receberem crianças com deficiência mental.

2 - Escola de Educação Especial:

Atende crianças a partir de 6 anos até aproximadamente 16 anos.

Oferece ensino especializado visando principalmente escolarização e alfabetização. Divide-se em níveis de escolaridade com promoção de acordo com o desempenho do aluno, e não de acordo com a faixa etária. Possui 7 níveis sendo que o último trabalha para a inserção na profissionalização interna, sendo esse nível chamado de oficina pedagógica.

Em todos os níveis os alunos, além da professora, são atendidos em grupo pelos profissionais das áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia e educação física. Há atendimento individual, quando necessário nas áreas de odontologia e neurologia clínica.

Todas as famílias são atendidas em grupos bimestralmente pelos profissionais de serviço social e psicologia.

3 - Profissionalização Interna:

Atende adolescentes a partir de 16 anos até a inserção no programa de profissionalização externa (tema principal deste trabalho).

Usa a separação do aprendiz para o mercado externo de trabalho e possui programas nas áreas de: cartonagem, limpeza, jardinagem, higiene automotiva, encardenação, etc...

Esses programas são coordenados por profissional da área de terapia ocupacional, e os aprendizes acompanhados por monitores e atendidos semanalmente em grupos por psicólogo e professor de educação física.

O acompanhamento de famílias também é feito neste programa.

4- Profissionalização externa:

Até 1989, a exemplo de outras instituições especializadas em pessoas com deficiência mental, a APAE-Campinas tinha como única oferta para seus alunos adolescentes e adultos o projeto até então denominado "Oficina Abrigada".

O termo já revela a proposta de manter estes adolescentes nos limites da entidade, e como se consideravam esgotadas as possibilidades escolares, a oficina proporcionava aos aprendizes o desempenho de habilidades manuais.

Uma vez que as expectativas de evasão da instituição eram reduzidas, o número de aprendizes na faixa etária de 16 a 30 anos aumentava, agravado pelo problema de um elevado número de candidatos aguardando há vários anos por uma vaga na lista de espera.

Como resposta a este problema e principalmente por se ter concluído que a proposta do programa anterior subestimava o potencial dos alunos nele inseridos, foi sugerida outra alternativa através de um projeto que se denominou "Programa Profissionalizante Externo".

O projeto consiste na prestação de serviços externos à comunidade, por um ou mais aprendizes, com acompanhamento ou não de monitor.

A oferta nessa prestação de serviço passou então a ser negociada com empresas como a Singer do Brasil, 3M, Prefeitura Municipal de Campinas e uma Autarquia (SETEC).

Em junho de 1989, o programa teve início com a inserção de dois alunos na floricultura da SETEC, desenvolvendo funções de serviços gerais (varrer, limpar bancadas, trocar água de vasos, selecionar flores e entregar coroas).

O contrato firmado entre a APAE e a Autarquia, estabelecia a prestação de serviço de oito horas diárias; acompanhamento semanal pela psicóloga da entidade; e remuneração de um piso nacional de salário, além de refeições e cesta básica para cada aprendiz.

Ainda no primeiro semestre do mesmo ano a SETEC ampliou para 4 o número de vagas sendo 2 no Mercado Municipal, sob as mesmas condições de trabalho exceto a prestação de serviço que consistia na permanência do aprendiz na guarita do estacionamento para a entrega do "ticket" para entrada de carros.

Em agosto de 1990, a COAR (Coordenadoria de Administrações Regionais) ofereceu 13 vagas para aprendizes da APAE, acompanhados de um monitor, para serviços de varrição com remuneração de um piso nacional de salário.

No ano seguinte o programa foi ampliado com mais 13 vagas na SETEC para serviços de manutenção do Cemitério da Saudade com condições idênticas às anteriormente oferecidas pela Autarquia. Foram conseguidas também, 3 vagas para aprendizes do sexo feminino em uma gráfica.

Em 1992 mais 15 vagas para moças divididas em dois grupos com acompanhamento de monitoras (uma por grupo), junto à Secretaria Municipal de Educação para o serviço de faxina nas escolas da rede municipal de ensino, com remuneração de um salário mínimo incluindo refeição no local de trabalho e transporte. Posteriormente a 3M do Brasil oferece 16 vagas para o serviço de cartonagem.

Aos poucos ficou claro que este tipo de experiência havia dado certo tanto para os alunos que tiveram uma melhora na auto-estima e muitas vezes tornaram-se até o único sustento da família, assim como para a instituição que teve a possibilidade de abrir novas vagas na entidade e conseqüente inserção de novos alunos que aguardavam na lista de espera.

Porém, apesar do sucesso na implantação desse programa, houve dificuldades que tiveram que ser superadas no que diz respeito ao estigma do "deficiente mental". Tais como a inicial desaprovação pela maior parte dos educadores e técnicos da entidade, apesar da imediata aceitação da proposta pelos dirigentes da APAE, já que a Diretoria da APAE não apenas aceitou, mas também foi a autora do programa. A insegurança inicial do empregadores, exigiu acompanhamento semanal do programa por uma psicóloga, utilizado mais com a finalidade de desensibilizá-los do que dar suporte aos aprendizes, uma vez que estes eram acompanhados em grupos semanais terapêuticos na APAE. Houve, principalmente, a resistência por parte das famílias em permitir a saídas dos filhos dos limites da instituição, apesar da garantia de acompanhamento por parte desta.

Atualmente esse projeto conta com o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar composta por uma terapeuta ocupacional, um médico, um dentista, um assistente social e uma psicóloga que atuam na discussão de casos, avaliação sistemática do programa e eventuais intervenções. Todos os aprendizes participam de um grupo semanal com o psicólogo onde são tratadas questões de trabalho, problemas individuais, orientação sexual e assuntos da atualidade envolvendo desde notícias da cidade até política nacional. E a maior parte deles vêm freqüentando o programa da FUMEC que alfabetiza adultos em cursos noturnos.

O número de pessoas atendidas na APAE hoje é de 400, sendo que só no Programa de Profissionalização Externa são 140. Cada grupo de alunos que sai para trabalhar em empresas é acompanhado por um monitor durante todo o período em que eles estão fora da instituição. A relação entre aluno e monitor é de amizade e liberdade. São ao todo 11 monitores com exigência mínima de segundo grau completo.

Pretende-se com este programa, levar a pessoa adulta que tenha deficiência mental a ter uma vida o mais independente possível e mostrar que são pessoas tão necessárias quanto às outras ditas "normais" dentro de uma empresa.

As pessoas com deficiência mental progridem quando vistos como seres capazes de sentir e pensar livremente; decidir e agir com autonomia, na medida de suas possibilidades.

DEPOIMENTOS DE PESSOAS QUE INTEGRAM OU JÁ INTEGRARAM PROGRAMA DE PROFISSIONALIZAÇÃO EXTERNO DA APAE-CAMPINAS

Toda a parte prática foi realizada com base em dados recolhidos na APAE-Campinas e nas empresas onde os entrevistados trabalham. Há duas categorias de entrevistados: os que ainda estão ligados à APAE pelo Programa de Profissionalização externo, onde os indivíduos trabalham em empresas conveniadas à APAE; e os que já foram desligados da APAE, já que quando ocorre uma contratação perde-se o sentido em continuar na APAE já que o objetivo de inserção no mercado de trabalho foi alcançado.

Estiveram ao meu lado a coordenadora do programa de profissionalização externa (Rita), o coordenador da oficina abrigada (Luíz Fernando); a coordenadora pedagógica (Selma) e o assistente social (Júnior); para que o tema por mim escolhido pudesse ser desenvolvido amplamente.

Foram três os entrevistados, dois deles já desligados da APAE e um fase de transição da oficina abrigada para o programa de profissionalização externo.

É importante deixar claro que estar no programa externo não quer dizer que em determinado tempo o indivíduo terá garantia de contratação e conseqüente desligamento da APAE. A contratação só ocorre pela iniciativa da própria empresa, por este motivo pode-se perceber que tais contratações não são tão comuns assim.

DEPOIMENTOS

Nome: Marcelo de Souza Carvalho

D.N.: 28/05/1974

- Marcelo, conte um pouco da sua vida, quando você veio para a APAE e como foi a sua trajetória até chegar aqui?
- Passei por duas escolas antes de vir para cá. Aqui passei por todas as etapas da escola e agora fico na oficina abrigada de manhã e na oficina de profissionalização externa à tarde como fase de adaptação, onde faço serviços de várias escolas.
- E o estacionamento do Centro de Convivência, onde encontrei-me com você?
- Estou no estacionamento por enquanto, porque um amigo meu está doente, então eu estou substituindo-o.
- Há quanto tempo você está substituindo este seu amigo?
- Não me lembro.
- E você fica lá à tarde ou de manhã?
- À tarde, das 13:00 às 18:00 horas.
- Que trabalho você realiza no estacionamento?
- Fico na saída do estacionamento, recolho os recibos e dou passagem para os carros saírem.
- Quanto você recebe por mês?
- Um salário mínimo e meu pai vem receber para mim aqui na APAE.
- Você mora com o seu pai?
- Não

- Com quem você mora?
- Sozinho.

- Faz tempo?
- Dois anos e meio.

- E você gosta de morar sozinho?
- Por um lado eu gosto por outro não.

- Que lado você gosta e que lado você não gosta?
- O lado que eu gosto é que eu posso chegar a hora que eu quero, tenho que tomar conta de mim; e o outro lado que eu não gosto é que lá eu tenho poucos amigos.

- Onde você mora?
- Parque da Figueira II.

- Porque você foi morar lá?
- Porque o meu pai casou, né!

- Ele não mora mais com a sua mãe?
- Não, a minha mãe já é falecida.

- Onde o seu pai mora?
- Na Vila Costa e Silva.

- E você não gosta da sua madrasta?
- Não.

- Então você preferiu morar sozinho à ter que brigar todos os dias?
- É! Eu falei assim pro meu pai:- Pai, eu resolvi morar sozinho.

- Quem arrumou esse lugar para você morar?
- Meu primo.

- Você gosta de sair, ir para bares e coisas desse tipo?
- Não. Eu prefiro ficar em casa. De vez em quando eu saio assim, para sair mesmo né, para ir na casa de amigos, de vez em quando no Shopping.

- Quando você vê o seu pai?
- Meu pai vai me ver todos os sábados.

- E quem cuida da sua casa; arruma; faz faxina?
- Eu mesmo.

- E você sabe fazer direito?
- Sei.

- Você deixa tudo arrumado ou você é mais relaxado?
- Não, fica tudo arrumadinho.

- Quem faz comida?
- Eu pego de uma moça que faz marmitex.

- O que mais você pode contar da sua vida, Marcelo?
- Eu conto que eu estou escrevendo um livro, né, sobre a minha vida; tudo o que eu passo, eu escrevo no livro.

- Porque você resolveu escrever esse livro?
- Porque desde criança eu tenho esse sonho que agora está se realizando. Porque eu vou ter um livro eu mesmo; não assim, dos outros, que eu mesmo escrevi.

- E o que você conta no livro?
- O que eu estou contando é um pouquinho da APAE, né, e da minha infância, o que eu aprontava, gostava de brincar muito, fazia de tudo um pouco, né. Eu conto um outro lado também, que quando a minha mãe morreu, eu fui para São Paulo...

- O que você pode contar do tempo de escola aqui na APAE?
- Ah, tenho muitas lembranças.

- Você fez muitas amizades nessa época?
- Fiz.

- E você ainda tem contato com as pessoas que você estudou?
- Tenho.

- Onde você encontra essas pessoas?
- Aqui, pois ainda estou na Oficina Abrigada.

- O que você faz na Oficina Abrigada?
- Faço de tudo um pouco.

- Por exemplo?
- Pinto, faço bloco, separo as coisas...

- E quem coordena vocês?
- Marcos, Raquel e o Luiz Fernando e tem mais duas pessoas que eu não me lembro o nome.

- Você é filho único?
- Não, tenho mais três irmãs. Todas já casaram e têm filhos.

- E você tem namorada?
- Não, mas já tive. Gostava de uma professora, mas ela não sabia. Depois ela foi embora da APAE.

- Você pensa em se casar, ou prefere ficar sozinho?
- Quero casar mas ainda sou muito novo.

- Marcelo, você lembra de alguma coisa importante na sua vida e que eu não tenha perguntado?

- Eu tenho um segredo que eu só contei para o meu pai.

- E você quer contar?
- É que eu tenho um sonho. Eu quero ir morar no Rio de Janeiro. Quero tentar trabalhar na televisão e ser famoso.

- E você teria coragem de deixar sua família e o seu emprego garantido por um lugar que você não conhece, por um lugar incerto?
- Com certeza, porque já estou decidido, é uma idéia bem pensada na minha cabeça.

- E se não der certo?
- Aí eu volto.

- Você acha que seu pai vai permitir?
- Sim, eu já contei para ele, mas ele acha loucura.

- E onde você quer trabalhar lá?
- Vou chegar na Rede Globo, sentar lá e esperar até alguém falar comigo. Aí eu faço um teste. Eu quero ser famoso.

- Marcelo, creio já termos conversado bastante você ainda se lembra de algum fato que ainda não revelou?
- Só que ainda sinto muita falta da minha mãe. Quando ela morreu eu fiquei muito triste.

- Você quer falar mais sobre este assunto?
- Não era só.

Nome: Wilton Eduardo Souza da Cunha

D.N.: 27/02/1972

- Quando você veio para a APAE?
- Acho que mais ou menos 1987 ou 1988.

- Por que decidiu procurar a APAE?
- Estava em outra escola para deficientes e não me adaptei; então meu pai me trouxe para cá.

- Como foi a sua adaptação na APAE?
- Aqui sempre foi bom desde o início, nunca tive problemas nem reclamações.

- Como foi sua trajetória na APAE?
- Passei pela escola, fiquei um tempo na oficina abrigada, depois de um tempo passei para o programa de profissionalização externa e fui trabalhar na SETEC, conveniado à APAE.

- Como e quando ocorreu a contratação?
- Foi em 1992. Eu fiz o concurso e passei.

- O que você faz e onde você trabalha?
- Trabalho no Cemitério da Saudade e trabalho na confecção de coroas de flores, confecção de faixas e organização de velórios.

- Quanto você recebe por mês?
- De quatrocentos a seiscentos reais por mês.

- Com quem você mora?
- Moro com minha família: pai, mãe e dois irmãos mais novos.

- Como é o relacionamento na sua casa?
- Converso mais com a minha mãe, meu pai é mais fechado e com meus irmãos procuro conversar aconselhando e encaminhando.

- Você ajuda nas despesas da casa?
- Sim. Dá para ajudar e ainda sobra para minhas próprias despesas.

- Você gosta de sair, passear, ir para bares?
- Sim. Saio com os amigos do DIC, agora estou mais em casa porque estou acabando de pagar o financiamento do carro.

- Você tem carro?

- Sim.

- E carteira de motorista?

- Também tenho. Fiz aulas na auto-escola, fiz a prova e passei.

- Quais são seus planos para o futuro?

- Acabar de pagar meu carro e começar a pagar um lugar para morar, pois acho que já está na hora de morar sozinho, planejar uma família. Quero ter mais liberdade.

- Você tem namorada?

- Sim. O nome dela é Elaine e ela tem 26 anos também. É a namorada mais nova que já tive. Sempre namorei mulheres mais velhas do que eu, inclusive uma casada que até deu problema para mim aqui na APAE.

- Você pensa em ter filhos?

- Sim. Eu gosto de crianças.

- Você sempre morou em Campinas?

- Sim. Eu nasci aqui. Toda a minha família é daqui.

- Creio que falamos sobre tudo não é mesmo? Mas ainda assim você gostaria de dizer alguma coisa que julgue importante?

- Não. Gostei muito do papo.

Nome: Douglas Galiardi

D.N.: 06/02/1970

- Douglas, como você foi para a APAE?

- Na verdade eu fiz a minha ficha de inscrição, mas nunca frequentei a escola da APAE.

- Então em que escola você esteve?
- Não estudei. Não sei ler nem escrever.

- E você não quer estudar?
- Sim, quero. Vou conversar com a Rita (Coordenadora do programa de profissionalização externa) para saber o que posso fazer, pois no ano que vem quero tirar carteira de motorista.

- E você participou da oficina abrigada da APAE?
- Não. Não frequentei a APAE, só tenho contato com a Rita, pessoa que sempre me ajudou muito.

- E como você foi contratado pela SETEC?
- Fiz o concurso há 3 anos e passei com a ajuda de pessoas daqui.

- Qual é a sua função aqui?
- A mesma do Wilton, ficamos na parte da floricultura do Cemitério da Saudade.

- E o salário como é?
- É pouco, mas a gente se vira.

- Sua família é daqui?
- Sim. São todos de Campinas.

- E você ajuda nas despesas da casa?
- Não, porque não moro mais em casa. Sou casado.

- Há quanto tempo?
- Há 3 anos.

- Quantos anos tem a sua mulher?
- Vai fazer vinte. Quando nos casamos, tivemos que pedir a assinatura dos pais dela para autorização, pois ela era menor de idade.

- E você tem filhos?
- Tenho uma menina de 1 ano.

- E a sua mulher trabalha?
- Não, só eu.

- Você gostaria de contar algum detalhe ou algo que eu não perguntei ainda?
- Não.

- Não quer falar mais sobre a sua vida?
- Não, é só isso mesmo.

OBSERVAÇÕES

Foi um total de 11 (onze) encontros com alunos e ex-alunos da APAE-Campinas, que resultou em muito mais do que uma simples coleta de dados ou uma entrevista. Talvez pelo modo com que as conversas foram conduzidas, cheguei a ouvir até confidências.

Escolhi três depoimentos para inclusão no trabalho, onde o fator decisivo para tal escolha foi a percepção numa maior confiança deles com relação a mim, fazendo com que essas conversas durassem até três horas seguidas, levando a uma maior riqueza de informações.

Os três rapazes tem respectivamente 24, 26 e 28 anos. Fazendo um a comparação entre os três, podemos perceber vidas bem distintas. O Marcelo apesar de ser mais novo, mora sozinho, apesar de não ser por uma decisão totalmente espontânea. Wilton ainda mora com a família, mas já tem planos para uma casa só para ele; e Douglas é casado.

Wilton e Marcelo foram mais desinibidos, chegando a relatar fatos pessoais de suas vidas.

A conversa fluiu normalmente, e pude notar apenas uma dificuldade em todos: a confusão relacionada ao tempo, como por exemplo quando era perguntada a idade, há quanto tempo estava trabalhando, quantos anos ficou na escola da APAE, etc...

Outro fator importante que pode ser levantado é a questão do salário. Aqueles que ainda têm convênio com a APAE, recebem um salário significativamente mais baixos quando comparados aos salários dos que são contratados.

A relação entre eles e a coordenação da APAE é excelente, além disso

mesmo os que já não possuem vínculos legais com a instituição continuam sendo atendidos sempre que solicitam além de receberem visitas esporádicas dos coordenadores nos próprios locais de trabalho.

A vida social deixa a desejar, a convivência acaba ficando restrita à própria família; com excessão da Wilton, que além da namorada ainda sai para tomar cerveja em bares com os amigos do bairro.

O dinheiro recebido tem destino variado: Marcelo se sustenta e paga suas contas, ainda conta com o dinheiro do pai para complementação; Winton ajuda em casa e separa outra parte para gastos pessoais; e Douglas administra o que ganha de modo que ele possa sustentar a sua família.

Apesar de o objetivo da APAE ser essa independência e a inserção no mercado de trabalho através de um trabalho direcionado que deve ter início na vida da criança o quanto antes, um resultado significativo torna-se praticamente impossível se levarmos em conta o pequeno e insuficiente número de instituições como a APAE; dos problemas como preconceito e ignorância da sociedade em relação a este assunto além de problemas concretos como o de fazer parte de um país ainda subdesenvolvido, onde a crise econômica predomina.

ILUSTRAÇÕES

As fotos mostram os locais e pessoas que de alguma maneira colaboraram para a realização desta pesquisa.



Frente do prédio da APAE-CAMPINAS



Entrada principal APAE-CAMPINAS



Estacionamento do
Centro de Convivência
durante o horário de
Serviço do Marcelo.
Convênio com a APAE.



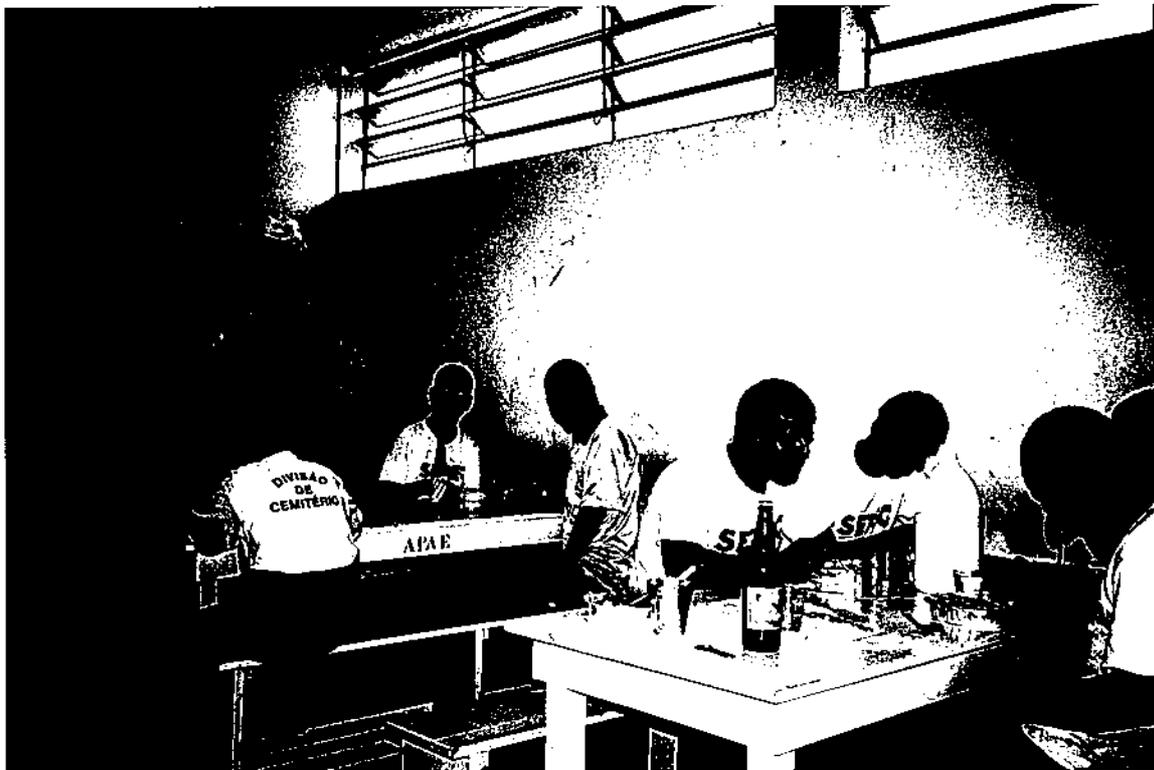


Acima, vemos o Wilton
e ao lado o Douglas no
estacionamento do
Cemitério da Saudade,
contratados da SETEC.

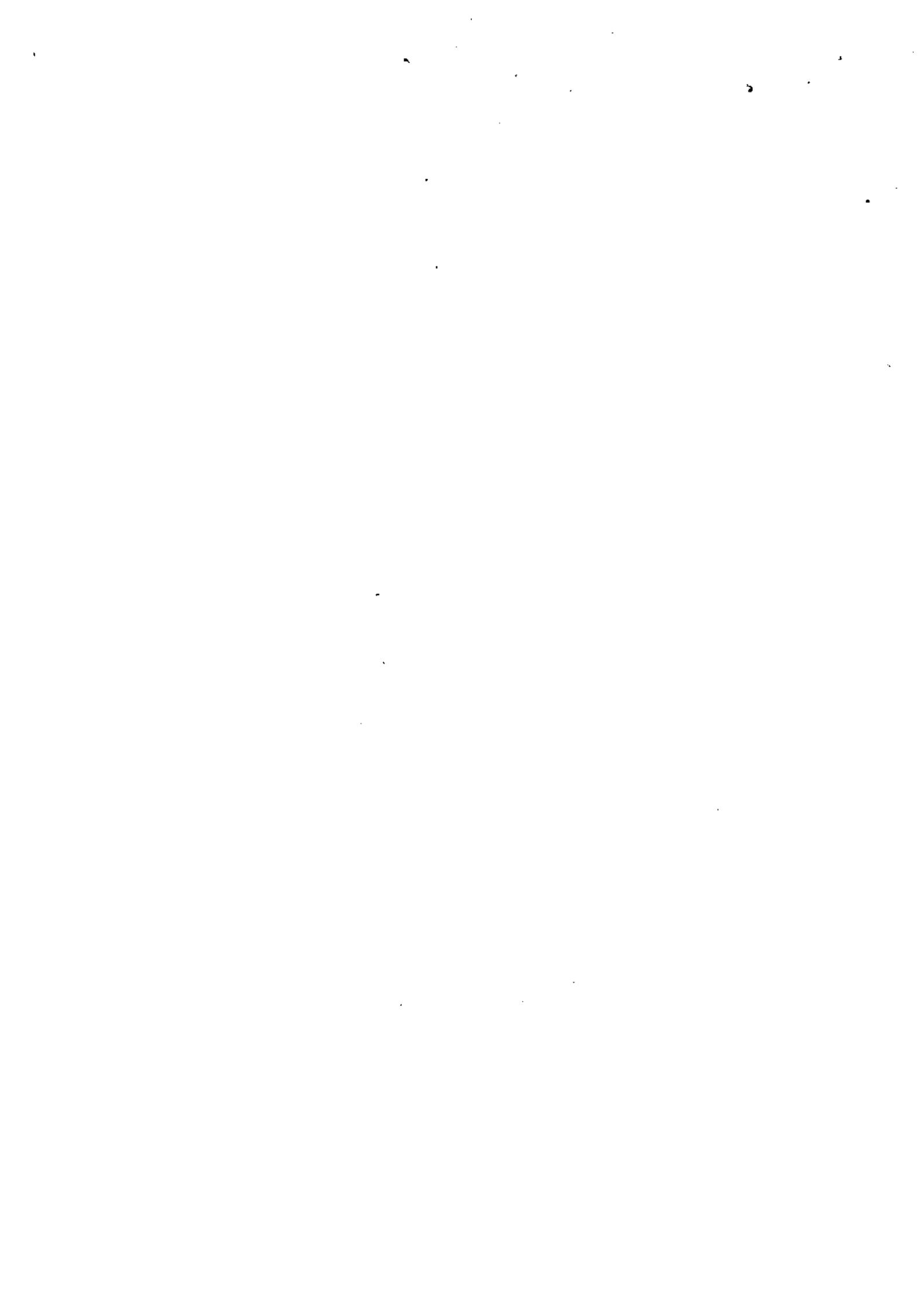




Guarita do estacionamento do Cemitério da Saudade, onde mais dois colegas da APAE também trabalham de convênio.



Horário de almoço para esta outra turma da APAE no refeitório montado pela instituição, no Cemitério da Saudade.



**O PAPEL DOS PAIS, PROFISSIONAIS E COMUNIDADE NA
VIDA DA PESSOA ADULTA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA MENTAL A
PARTIR DOS DEPOIMENTOS EFETUADOS**

A importância da família como núcleo social primário que propicia condições básicas de amor, apoio ao crescimento, maturação e integração social, faz com que seja função indispensável de uma instituição envolvê-la em todas as suas ações, ou seja, deve possibilitar sua participação em todos os âmbitos de atuação. É importante que a instituição esteja aberta para as necessidades da família, facilitando a sua entrada e mantendo relações de confiança entre instituição, profissionais e família. Dessa maneira, a família deve ser "parceira" no processo de educação durante toda a vida da pessoa com deficiência mental. Quanto maior o entrosamento entre a instituição, as famílias e a comunidade, em que estão inseridas, tanto maiores serão as chances de se alcançar a inclusão dessa pessoa na sociedade e o respeito por suas necessidades. Para tanto é preciso que as famílias procurem se envolver com a instituição, e não só delegar a ela toda a responsabilidade pelo desenvolvimento de seus filhos.

A família é quem primeiro integra naturalmente e; amor, compreensão, confiança, estímulos e a comunicação existente entre os membros dessa família, são as normas de proteção que ela utiliza para facilitar o processo de integração e participação do indivíduo nos diferentes grupos da comunidade e da sociedade. É o primeiro grupo a que pertence um indivíduo, e onde ele tem a oportunidade de aprender através de experiências positivas (as citadas acima) e negativas (limites, frustrações, tristezas, perdas, etc...) e todas elas são fundamentais para a formação da personalidade de qualquer pessoa.

"O papel da família estável é oferecer um campo de treinamento seguro, onde as crianças possam aprender a serem mais humanas, a amar, a formar sua personalidade única, a desenvolver auto-imagem, e a relacionar-se com a sociedade da qual e para qual nascem". (Buscaglia, sem data).

Cada elemento de uma família tem um papel a desempenhar: marido, esposa, pai, mãe, filho, filha, irmão, irmã e assim por diante. E essa relação entre os integrantes desse sistema que deve possibilitar o desenvolvimento de cada um dos membros da família.

Existe uma relação entre pais, comunidade e instituição; não sendo possível se referir a cada um isoladamente.

Em relação à comunidade, é importante que os dirigentes da instituição estejam sempre atentos para adequar as ações dos vários serviços prestados às possibilidades e às necessidades da população em atendimento, e de suas famílias. Portanto, embora os programas tenham que estar coerentes com a filosofia da instituição, ao mesmo tempo deverão se adequar a cada realidade. No que diz respeito à capacitação da pessoa com deficiência, é fundamental considerar o mercado de trabalho, proporcionando-lhe melhores condições para conseguir um emprego remunerado na comunidade.

Considerando a crise econômica no Brasil, que se reflete diretamente nas instituições filantrópicas que se dispõem a atender populações carentes, não possuindo recursos próprios e dependendo de verbas governamentais, viu-se a necessidade de um trabalho de parceria que propicie abertura dessas instituições para a comunidade; e também a captação de recursos alternativos.

COMO É POSSÍVEL A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, COLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS EM QUESTÃO

O atendimento às necessidades da pessoa portadora de deficiência mental nas instituições vem crescendo a cada ano. São as próprias pessoas portadoras de deficiência que, como resposta ao atendimento recebido, começam a solicitar o seu lugar no mundo do trabalho competitivo. Surgiu, assim, a necessidade de acrescentar serviços e programas em especial no campo da educação profissional, incluindo a preparação e qualificação para o trabalho e sua colocação neste mercado. Sente-se então, que é preciso rever os conceitos e a prática.

A atual discussão sobre a cidadania e a inclusão social exige que se repense a questão do trabalho da pessoa com deficiência.

O trabalho é o momento que vai finalizar o atendimento a esses indivíduos e que vai permitir a sua participação na sociedade. O atendimento a eles não terá alcançado seu objetivo se a pessoa com deficiência continuar excluída da sociedade sem a possibilidade de participar ativamente como alguém produtivo. Pensar em trabalho, significa possibilitar a essas pessoas o desenvolvimento de uma atividade de qualidade. Isto quer dizer, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), são capazes de realizar trabalhos produtivos, devem ter direito a um emprego, como qualquer outro trabalhador, numa sociedade em que haja condições para que eles sejam capazes de se tornar seres humanos auto-confiantes e realizados, em vez de isolados, esquecidos e dependentes; então, é importante não serem criados "ambientes especiais" para pessoas com deficiência, pois a prática de manter esses indivíduos segregados tem prejudicado sua inclusão social.

Torna-se claro que os serviços de habilitação e reabilitação profissional e a infra-estrutura já existentes precisam se adaptar, assim como a atitude da sociedade também precisa mudar.

Segundo a OIT (já citada acima), ao se tratar a questão do emprego para o portador de deficiência, devemos buscar uma atividade economicamente rentável, ou seja, que corresponda as suas aptidões e ao seu potencial.

"Todos sabemos que o trabalho muito contribui para auto-estima, confiança e para determinar o status do ser humano. Seu papel é de fundamental importância para o indivíduo pois proporciona aprendizagem, crescimento, transformação de conceitos e atitudes, aprimoramento e remuneração. Assim sendo, devemos considerar seu treinamento, suas qualidades pessoais, e sua vontade de trabalhar". (Borges, 1997).

Para a pessoa com deficiência mental, o processo e o significado do trabalhar e do estar desempregado não são diferentes do que para qualquer outra pessoa, mas com um agravante. O portador de deficiência para obter o seu trabalho e mostrar que é capaz, precisa na maioria das vezes, romper mitos. Um mito social que o vê como alguém improdutivo; e um mito familiar que o vê como um eterno bebê, dependente, necessitando sempre de cuidados especiais e estando sem condições de desenvolver um trabalho que represente realização ou satisfação.

Geralmente, a pessoa com deficiência sabe de sua capacidade e que esta deficiência pode colocar limitações para realizar determinadas atividades, mas também sabe que isso não implica em deixar de realizar toda e qualquer atividade. A pessoa portadora de deficiência tem condições de escolher uma tarefa e de realizá-la com consciência e participação ativa se estimulada e educada para tal. Existe sempre um tipo de trabalho que essa pessoa pode realizar com competência e que lhe possibilite uma realização profissional.

"As pessoas com deficiência podem ser tão produtivas como os seus colegas sem deficiência, se o seu potencial e capacidades forem corretamente avaliados e se exercerem a função adequada". (Hélio II, 1994).

Em termos de habilidade, uma pessoa portadora de deficiência mental pode tornar-se um excelente empregado. Segundo vários depoimentos de empregadores, estes trabalhadores possuem confiabilidade, apresentam um maior índice de frequência e menor taxa de afastamento por doenças do que os colegas não deficientes.

Para a pessoa portadora de deficiência, o trabalho vai possibilitar que surja um sujeito adulto, criativo, produtivo e responsável. Resgatará sua dignidade perante a sociedade, sua família e a comunidade.

A educação profissional e a colocação do portador de deficiência no mercado de trabalho têm sido realizadas ao longo dos últimos 30 anos, de maneira intensa nos países desenvolvidos. Desde então conceitos e técnicas novas, vêm provocando uma importante mudança na maneira de se entender as possibilidades de trabalho dessas pessoas.

São muitos os exemplos de sucesso profissional alcançados por essas pessoas que passaram por instituições especializadas. Entretanto, ao mesmo tempo, reconhece-se que muitos aprendizes tem permanecido grande parte de sua vida nessas instituições, sem nenhuma perspectiva de realização profissional no mercado aberto de trabalho. Vê-se então a necessidade de mudança deste quadro para outro que seja realmente eficiente na realização de programas de educação profissional e profissionalização; como PECT (Processo de Educação Profissional e Colocação no Trabalho).

O PECT, é um programa elaborado pela Federação Nacional das APAEs, e tem como objetivo principal a inserção efetiva do portador de deficiência na sociedade por meio do trabalho. Tem como funções básicas:

- Identificar potencialidades e interesses do portador de deficiência e oferecer programas de educação profissional que visem garantir as condições de empregabilidade;
- Capacitar e atualizar os seus recursos humanos;
- Coordenar, inovar e promover programas e parcerias que possam garantir a qualidade da atividade nela desenvolvida;
- Sensibilizar e conscientizar a sociedade, principalmente os empregadores, sobre as potencialidades de trabalho da pessoa portadora de deficiência, por meio da divulgação de seus serviços e da inserção na empresa para que eles possam comprovar a sua potencialidade;

- Informar e conscientizar o portador de deficiência e sua família sobre seus direitos e deveres de cidadania.

As famílias devem ser orientadas e preparadas para a realização de seus filhos como pessoas capazes e produtivas desde o primeiro momento em que entram na instituição. Em resumo, a instituição não deve ser segregadora, pois ela é também responsável pela inserção social do portador de deficiência.

Diante das tendências mundiais globalizadas, torna-se inadiável que as instituições de educação especial e de reabilitação, assumam uma postura mais decisiva em relação a sua missão de levar a educação profissional aos seus milhares de aprendizes, para que os mesmos possam competir no mercado de trabalho. O trabalho, além de situar a pessoa num complexo de relações sociais, faz parte da estruturação e formação da parte psicológica da pessoa com deficiência mental. Da mesma maneira, o desemprego coloca a pessoa num lugar de marginalização, fato porque a exclui do aspecto social, como por não haver uma atividade produtiva. O desemprego leva ao isolamento e à sensação de fracasso, o sujeito torna-se improdutivo e dependente de outra pessoa para o seu sustento.

Para que a pessoa com deficiência mental se inclua no mercado de trabalho, é necessário que sejam oferecidas condições de vida idênticas aos demais seres humanos.

Isso implica em igualdade de oportunidades e meios para desenvolver ao máximo suas potencialidades, segundo o seu ritmo de aprendizagem; não esquecendo que trabalho e integração são elementos indissociáveis.

Proporcionar condições que favoreçam o desenvolvimento pessoal e funcional das pessoas com deficiência para o exercício de atividades laborativas é a grande tarefa e o grande desafio dos programas de Educação Especial e de Reabilitação.

Para o exercício das atividades laborativas devemos distinguir duas etapas essenciais: o treinamento de habilidades e a formação profissional.

O treinamento de habilidades é uma etapa eminentemente educativa,

cujo objetivo principal é o desenvolvimento de hábitos, atitudes e habilidades básicas para um bom desempenho ocupacional ou profissional. Esta etapa é essencial para a concretização dos programas de profissionalização e colocação no mercado de trabalho.

O treinamento profissional visa preparar o indivíduo para o exercício de atividades profissionais. É caracterizado como um período de complementação ou aperfeiçoamento dos conhecimentos necessários à profissionalização, permitindo que a colocação no mercado de trabalho seja bem-sucedida.

O treinamento profissional, sempre que possível, deve capacitar a pessoa com deficiência para assumir uma atividade econômica na qual possa usar sua competência e aptidão.

Além da disponibilidade dos recursos torna-se necessária uma revisão dos programas de preparação para o trabalho e os atuais procedimentos metodológicos quanto a este aspecto, assim como é necessária a definição dos objetivos do treinamento profissional, a fim de que possam corresponder à realidade do mercado de trabalho.

Seria ideal, que se definisse o mercado de trabalho como o meio pelo qual se tem uma ocupação produtiva, e não uma simples relação entre empregador e empregado. Assim, se reconhecido como força de trabalho disponível, o indivíduo com deficiência deveria trabalhar, como também seria justo esperar que os empregadores lhe oferecessem a mesma oportunidade de emprego que porporciona ao trabalhador comum. Consequentemente, essa situação o levaria à condição de competidor no mercado de trabalho, isento portanto do paternalismo e da ação marginalizante que o afasta do sistema livre de emprego. É óbvio que essa seria a tendência natural e viabilizaria o emprego da pessoa portadora de deficiência. Contudo, sabe-se que isso vem melhorando lentamente a cada ano, mas que ainda não foi alcançado, situação que se evidencia quando se analisa o desenvolvimento do mercado de trabalho.

O problema do emprego das pessoas com deficiência mental tem assumido características sociais, o que explica o surgimento, nas últimas duas

décadas, de entidades, na tentativa de neutralizar ou inverter essa tendência desfavorável. Por outro lado, não é sem razão que a quase totalidade dos países que enfrentam o problema do emprego em certas camadas da sociedade recorreu a normas e preceitos de ajuda e proteção, principalmente quando deparou com determinado grupo de pessoas para os quais não é nada fácil a disputa por um emprego no mercado competitivo de trabalho. E este grupo de pessoas vai além daqueles que são portadores de deficiência, nele estão incluídos também jovens, idosos, acidentados, dependentes sociais, etc...

Apesar disso e das constantes pressões legais e sociais que se busca no sentido de alterar este quadro desfavorável, acredita-se que na prática a própria estrutura econômica do mercado pode oferecer inúmeras alternativas que podem viabilizar o emprego da pessoa portadora de deficiência.

O desenvolvimento da economia industrial, a organização de produção de bens de serviço, a ampliação das atividades agrícolas, no geral provocam o surgimento de novas e numerosas atividades e modalidades de trabalho, que podem ampliar o quadro de profissões compatíveis e as chances de emprego dos portadores de deficiência, como tem ocorrido nas áreas de informática, de telecomunicação, da eletrônica, nas áreas financeiras e de prestação de serviços.

A aplicação e o aproveitamento de técnicas modernas, com o objetivo de superar certos impedimentos orgânicos e psíquicos que a pessoa com deficiência carrega consigo durante toda a sua vida, pode torná-lo capaz e em condições de exercer normalmente uma ocupação produtiva. Sem essa ajuda não lhe seria possível ajustar-se nela.

Por outro lado, é preciso atentar para o fato de que o progresso tecnológico leva fatalmente ao aumento da procura de mão-de-obra qualificada, inclusive de nível médio e superior, com o decréscimo da mão-de-obra semi ou desqualificada. Portanto, é indispensável um número suficiente de unidades capacitadas para atender a todas as pessoas portadoras de deficiência que buscam trabalho ou aspiram a uma profissão. Caberia até estimular com ajuda financeira ao portador de deficiência para interessar-se por áreas e tipos de ocupação profissional com maiores chances de emprego.

As características limitadas de escolaridade e qualificação profissional, desse segmento, constituem-se obstáculos ao seu acesso às atividades econômicas mais rentáveis. A par dessas considerações, merece citação, à medida em que impede a absorção do deficiente no mercado de trabalho, o desconhecimento do real aproveitamento de sua potencialidade, e conseqüentemente o conceito "deficiente", usual, para classificar o elemento produtivo que deveria, simplesmente ser reconhecido como trabalhador.

Integração e trabalho estão intimamente ligados e a preparação para a vida útil na comunidade deveria ser o objetivo de todo e qualquer programa de atendimento global ao deficiente. No entanto, relata o Prof. Tom Mutters em sua palestra sobre integração social: "a mudança da escola para a vida de trabalho é um problema difícil que em muitos países ainda não foi resolvido". Muitas escolas especiais pouco formam para o trabalho, caracterizando-se mais pelo aspecto ocupacional do que profissional e nem sempre existe um entrosamento perfeito entre as diversas etapas ou fases, pelas quais a pessoa com deficiência passa, antes de atingir a fase de profissionalização. Muito frequentemente, pessoas deficientes ficam presas a determinadas fases de preparo para a integração social, não porque tenham condições de assumir o seu papel na sociedade, mas porque não foram devidamente preparadas para isso.

Dessa forma, o processo de habilitação para o trabalho, torna-se difícil, principalmente em se tratando da pessoa portadora de deficiência no mercado competitivo, já que além das dificuldades referentes a falta de preparo para assumir a profissionalização, há que se considerar as barreiras existentes para se aceitar uma pessoa com deficiência mental em um ambiente normal de trabalho.

Segundo o Dr. Walter Eigner: "Não há razão para desanimar com listas extensas de barreiras". Pelo contrário, podem ser vencidas com quantidade suficiente de energia e coragem. A análise cuidadosa das causas dessas barreiras possibilita atingir algum sucesso ao vencê-las.

Apesar das dificuldades é necessário desafiar o pensamento estereotipado que sugere que o programa mais abrangente para a pessoa

com deficiência consiste, principalmente, em educação especializada e a seguir colocação num certo diário ou oficina abrigada. A oficina deve ser apenas uma ponte entre a instituição e o mercado de trabalho competitivo.

É obrigação de toda a sociedade proporcionar ao portador de deficiência mental a oportunidade de se beneficiar da profissionalização, no mesmo nível de igualdade de qualquer cidadão em qualquer democracia que se preze.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho, tentou revelar o cotidiano de pessoas ligadas direta ou indiretamente à instituição como a APAE. E mostrar um caminho, onde torna-se mais viável a autonomia e independência desses indivíduos.

Infelizmente, os depoimentos coletados são o de uma infinita minoria, o que leva este sonho a não se tornar uma realidade diante de tantos obstáculos.

Além dos problemas sociais como o preconceito, falta de credibilidade, superproteção da família, insuficientes instituições gratuitas, etc; ainda temos o problema do subdesenvolvimento do país que leva a uma crise econômica permanente que impede qualquer tipo de ajuda mais significativa por parte do governo, e chega até ao desemprego em massa. Ou seja, se já está difícil emprego para a sociedade dita "normal", quanto mais será para aqueles que possuem algum tipo de deficiência.

A integração social, objetivo último do processo de socialização, refere-se ao grau de participação na força produtiva da vida em comunidade.

A participação, vista sob esse prisma implica em processos de interação que permitam a ceitação mútua, igualdade de oportunidades, condições de assumir deveres e usufruir de direitos, e ser capaz de integrar diferentes grupos sociais com auto-suficiência.

A maioria das pessoas com deficiência mental tem dificuldade em atingir um grau satisfatório de participação, porque não tiveram oportunidade de acesso aos recursos especializados ou porque esses recursos nem sempre ofereceram condições para o atendimento de suas necessidades e potencialidades.

Esforços tem sido desenvolvidos pelas entidades internacionais no sentido de promover uma melhor compreensão da pessoa portadora de deficiência e sobre a necessidade de sua participação no desenvolvimento

da sociedade na qual está inserida, enfatizando a importância da utilização dos recursos disponíveis da comunidade para o seu desenvolvimento e sua preparação para a vida.

Na medida em que os serviços de Educação Especial, Reabilitação e Profissionalização estiverem disponíveis, cada etapa do processo de integração poderá ser adequadamente preparada e vencida. Neste processo, um dos aspectos mais importantes refere-se a continuidade do atendimento, que deverá possibilitar, inclusive a preparação e o encaminhamento para o trabalho.

Além da disponibilidade dos recursos, torna-se necessária uma revisão dos programas de preparação para o trabalho e os atuais procedimentos metodológicos quanto a este aspecto, assim como é necessária a definição dos objetivos da qualificação profissional, a fim de que possam, corresponder à realidade do mercado de trabalho.

Aos órgãos envolvidos nos programas de trabalho com pessoas portadoras de deficiência mental, cabe um esforço maior de coordenação, articulação e participação integrada, para encontrar o caminho apropriado que transforme as idéias em realidades efetivas. Isto porque tem-se observado as tendências que viabilizam as oportunidades de trabalho:

* Intercâmbios de informação e cooperação entre os órgãos públicos e privados que atuam nas áreas de reabilitação, formação e colocação no trabalho;

- Propiciar programas de formação escolar que permitam ao deficiente o desenvolvimento máximo de suas possibilidades intelectuais, possibilitando-lhe o aproveitamento pleno na profissionalização;

- Criar meios adequados que propiciem a profissionalização da pessoa portadora de deficiência mental para funções compatíveis com as ofertas de emprego;

- Estabelecer mecanismos de incentivo e apoio as empresas que ofereçam oportunidades reais de emprego a esses indivíduos.

Após este trabalho, ficou claro que este é um processo que terá solução ou não a longo prazo dependendo da situação econômica do país e da vontade das autoridades na aplicação dessas atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SASSAKI, Romeu Kazumi. - "Inclusão: Construindo uma sociedade para todos".
Rio de Janeiro - R.J., 1997.

SAVIANI, Dermeval. - "A Nova Lei da Educação. Trajetória, limites e
perspectivas". Campinas - S.P., 1997.

MANTOAN, M. T. Egler. - "Compreendendo a Deficiência Mental. Novos
caminhos educacionais". São Paulo - S.P., 1989.

MANTOAN, M.T. Egler. - "Ser ou estar: eis a questão. Explicando o déficit
intelectual". Rio de Janeiro - R.J., 1997.

WERNECK, Cláudia - "Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva".
Rio de Janeiro - R.J., 1997.

"Integração do excepcional na força de trabalho". Ministério da Educação e
Cultura - Organização dos Estados Americanos. Brasília - D.F., 1987.

PUPO Fº, Ruy do Amaral -" E agora doutor? Um pediatra enfrenta sua
desinformação ao ter uma filha com Síndrome de Down". Editora WVA, 1996.
R.J.

MAZZOTTA, Marcos - "Educação especial no Brasil. História e Políticas
Públicas". Editora Cortez. São Paulo, 1996.

GUANAIS, Maria Adelina Biondi -" Trabalho e Saúde Mental: um estudo sobre
participantes de oficinas numa instituição psiquiátrica". Projeto de tese
apresentado para exame de qualificação junto ao programa de Doutorado
em Psicologia da PUCC. Campinas, 1997.

ANDRADE, Sônia Maria Aranha Rodrigues - "Fora é sempre dentro". Notas críticas sobre o conceito de integração social relacionado às pessoas surdas. Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre na área de concentração: Psicologia Educacional. Faculdade de Educação - UNICAMP Campinas - 1997.

VYGOTSKY, L.S. (1989) Pensamento e Linguagem. São Paulo. Editora Martins Fontes.